



Comissão de Orçamento e Finanças

---

**Parecer**

Nos termos e para os efeitos dos números  
3 e 4 da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto

**Relator:** Deputado João  
Barbosa de Melo (PSD)

---

Audição da Prof. Dra. Maria Inês Ferreira Drumond de Sousa, indigitada para  
o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Comissão do  
Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)



Comissão de Orçamento e Finanças

---

## **ÍNDICE**

**PARTE I – CONSIDERANDOS**

**PARTE II – METODOLOGIA**

**PARTE III – AUDIÇÃO**

**PARTE IV – CONCLUSÕES**

**PARTE V – ANEXOS**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### **PARTE I – CONSIDERANDOS**

A Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, determina, através dos números 3 e 4 do seu artigo 17.º, que os membros do Conselho de Administração das entidades reguladoras “são designados por Resolução do Conselho de Ministros, tendo em consideração o parecer fundamentado da comissão competente da Assembleia da República”, sendo esse parecer “precedido de audição na comissão parlamentar competente, a pedido do Governo” e “acompanhado de parecer da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública relativo à adequação do perfil do indivíduo às funções a desempenhar, incluindo o cumprimento das regras de incompatibilidade e impedimento aplicáveis”.

Nos termos legalmente estabelecidos, no dia 14 de outubro de 2022, através de ofício dirigido à Comissão de Orçamento e Finanças (COF), o Governo solicitou o agendamento da audição da personalidade indigitada para o exercício do cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Prof. Doutora Inês Drumond, fazendo acompanhar o ofício do Curriculum Vitae da personalidade e do parecer da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP).

De acordo com o parecer da CReSAP, o perfil de competências da indigitada foi avaliado com “positivo” em todos os 12 critérios avaliados (liderança, colaboração, motivação, orientação estratégica, orientação para resultados, orientação para o cidadão e serviço de interesse público, gestão da mudança e inovação, sensibilidade social, experiência profissional, formação académica, formação profissional e aptidão para o cargo).

No referido parecer é dito que “as informações contidas no curriculum vitae e no questionário de autoavaliação, bem como os resultados do questionário de competências pessoais e os dados obtidos através da entrevista individual, evidenciam competências técnicas e comportamentais que sustentam uma apreciação muito positiva para o desempenho do cargo em causa”. Em consequência, a CReSAP emitiu o parecer de ADEQUADO à designação da Sra. Prof. Doutora Inês Drumond para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da CMVM.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### PARTE II – METODOLOGIA

A audição na COF da Prof. Doutora Inês Drumond realizou-se no dia 19 de outubro de 2022, tendo para o efeito sido adotada a seguinte grelha de tempos:

- Intervenção inicial da indigitada, até 10 minutos
- 1.ª ronda: por GP/DURP, com resposta conjunta, correspondente ao somatório do tempo das perguntas:
  - 5 minutos por GP
  - 2 minutos por DURP
- 2.ª ronda (eventual): por Deputado, com resposta conjunta correspondente ao total do tempo das perguntas:
  - 2 minutos por Deputado

### PARTE III – AUDIÇÃO

Na audição, a Prof. Dra. Inês Drumond começou por fazer a sua intervenção inicial, que se transcreve na íntegra:

*"Início esta breve apresentação cumprimentando o Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, as senhoras deputadas e os senhores deputados.*

*Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a oportunidade de estar nesta Comissão, na sequência do convite que me foi endereçado para integrar o Conselho de Administração da CMVM como Vice-Presidente, e, em particular, a disponibilidade dos membros da Comissão de Orçamento e Finanças para estar aqui hoje, depois de um dia bastante preenchido, de acordo com a agenda disponibilizada no site da Assembleia da República, e no meio do processo de discussão do Orçamento do Estado, que é sempre bastante intenso e exigente.*

*Nesta minha intervenção inicial falarei um pouco do meu percurso profissional e em que medida entendo que esse percurso poderá ser útil para as funções que poderei vir a exercer no Conselho de Administração da CMVM, bem como sobre os principais desafios e oportunidades que, na minha opinião, o contexto atual poderá colocar à atuação da CMVM.*

1.

*O meu percurso académico e profissional esteve sempre bastante ligado ao setor financeiro: na vertente mais académica; no Ministério das Finanças; de certa forma, na Comissão Europeia; – e, atualmente, no Banco de Portugal.*

*Começando pela formação académica, tenho Licenciatura, Mestrado e Doutoramento em economia, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, onde lecionei até 2008. As duas teses que desenvolvi, uma no mestrado e outra no doutoramento, incidiram sobre as interligações entre setor financeiro e a atividade económica:*

- no mestrado, analisando a relevância do desenvolvimento do setor financeiro no processo de crescimento económico;*
- no doutoramento, focando no impacto, sobre o ciclo económico, da introdução e posterior alteração dos requisitos de capital sobre o setor bancário.*

*Em julho de 2008, iniciei funções no GPEARl (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais) do Ministério das Finanças, enquanto assessora da direção. Nessa altura fui precisamente trabalhar na área dos serviços financeiros e com uma missão bem clara: garantir que o Ministério das Finanças tinha um papel mais ativo na negociação da legislação comunitária na área dos serviços financeiros.*

*O meu contacto com o setor financeiro nessa altura foi transversal aos seus vários subsectores, tendo estado diretamente envolvida na negociação de diretivas e regulamentos na área bancária e dos mercados financeiros. Esta experiência foi extremamente útil para conhecer melhor o funcionamento e as principais prioridades de cada uma das autoridades de supervisão do setor financeiro em Portugal, dado o relacionamento, bastante intenso, que com elas tive na altura. Foi também determinante para o GPEARl desenvolver as competências que neste momento tem na liderança de processos de negociação de diretivas e regulamentos europeus na área financeira.*

*Em dezembro de 2009, assumi funções de Diretora-Geral do GPEARl, com desafios acrescidos, também pela conjuntura vivida na altura. Foi um período muito exigente, incluindo no que toca à gestão de recursos financeiros e humanos. O GPEARl tinha (e ainda tem) um papel bastante transversal dentro do Ministério das Finanças. Aprendi imenso, adquiri relevante experiência de gestão, tentando dar sempre o meu melhor e servindo a causa pública.*

Comissão de Orçamento e Finanças

*Foi também neste período que reforcei competências, que se têm revelado muito úteis no meu percurso profissional, de inter-relação institucional:*

- (i) entre diferentes subestruturas de uma mesma instituição (na altura, as diferentes Direções-Gerais dentro do Ministério das Finanças);*
- (ii) entre autoridades nacionais;*
- (iii) com instituições internacionais e*
- (iv) com os meus pares nos outros Estados Membros da União Europeia.*

*Tendo em conta que os recursos são limitados, em qualquer instituição, atribuo grande valor à cooperação institucional, também a nível do CNSF, evitando sobreposições e fomentando a partilha de informação e conhecimento, sem colocar em causa, claro está, a independência de cada uma das partes envolvidas.*

*Em 2012, e durante um ano e meio, estive a trabalhar na Comissão Europeia. A nível profissional achei muito relevante ter uma experiência internacional. Destacaria o trabalho que desenvolvi em matérias relacionadas com (i) a ligação entre “desequilíbrios macroeconómicos”, crescimento económico e o sector financeiro, e (ii) o aprofundamento da União Económica e Monetária.*

*No final de 2013, iniciei as minhas funções no Banco de Portugal, mais precisamente no Departamento de Estabilidade Financeira, que tinha acabado de ser criado.*

*Desde fevereiro de 2014 sou Diretora Adjunta desse mesmo departamento que tem 3 grandes áreas: a primeira, focada na análise de riscos para a estabilidade financeira numa perspetiva mais macro (i.e., tendo também em conta as inter-relações existentes (i) entre as instituições financeiras, (ii) entre os vários subsectores do setor financeiro, e (iii) entre este último e os restantes setores institucionais, designadamente famílias, empresas e setor público). Assim, faço neste momento um acompanhamento do setor financeiro numa perspetiva macro, como referi, indo para além da análise do setor bancário (embora este assumo, claro está, um papel muito relevante).*

*A segunda área de responsabilidade do departamento foca-se na análise e adoção de possíveis medidas macroprudenciais para fazer face a esses riscos.*

*E a terceira relaciona-se com a regulação prudencial.*

Comissão de Orçamento e Finanças

*Em todas as funções que desempenhei ao longo do meu percurso profissional penso ter tido sempre presente o sentido de responsabilidade, de disponibilidade e de dever público.*

*Tenho uma forte experiência internacional, no meu entender muito relevante a dois níveis: (i) influenciando o processo de discussão e decisão o mais cedo possível, já que o sucesso e a robustez da resposta a nível técnico são muito relevantes para o sucesso aquando da decisão final e (ii) adquirindo conhecimento que pode depois ser utilizado no trabalho desenvolvido internamente.*

*Nos cargos que desempenhei, quer no Ministério das Finanças quer, atualmente, no Banco de Portugal, consolidei experiência de gestão que penso que também será bastante útil no cargo que poderei vir a desempenhar na CMVM.*

2.

*Tenho perfeita consciência, até pelas funções que desempenho atualmente, que a atual conjuntura é extremamente exigente, tendo associados níveis de incerteza muito elevados, com impacto visível sobre as condições dos mercados financeiros.*

*A nossa economia foi afetada por dois choques exógenos e com impacto bastante significativo: primeiro a pandemia e, posteriormente, a invasão da Ucrânia pela Rússia, que veio acentuar impactos que, de certa forma, já se começavam a fazer sentir no "pós-pandemia".*

*As disrupções a nível das cadeias de distribuição e o aumento da procura associado à recuperação económica tinham já surtido efeito sobre a taxa de inflação, mas esta veio a aumentar de forma mais significativa e persistente do que pensávamos inicialmente.*

*Este aumento da inflação tem tido impacto, não apenas sobre as famílias e as empresas, mas igualmente sobre os mercados de instrumentos financeiros, também pelo facto de ter associado aumentos das taxas de juro.*

*O atual contexto pode gerar reavaliações dos prémios de risco nos mercados financeiros internacionais e, conseqüentemente, riscos de liquidez acrescidos.*

*Por sua vez, o aumento dos custos de financiamento, em conjugação com os ainda elevados níveis de endividamento observados no nosso país, é suscetível de ter implicações sobre a materialização do risco de crédito.*



## Comissão de Orçamento e Finanças

*De referir que este contexto surge após um longo período de taxas de juro muito baixas que gerou movimentos de “search-for-yield”. A transição para um novo contexto poderá continuar a envolver períodos de volatilidade nos mercados.*

3.

*Esta conjuntura gera, no meu entender, desafios acrescidos para o cumprimento da missão da CMVM: assegurar a estabilidade e o desenvolvimento dos mercados de instrumentos financeiros, promovendo a proteção do investidor e a confiança, com vista à promoção do crescimento económico e do bem-estar social.*

*Uma atuação independente, tempestiva, robusta, proporcional e baseada em análises rigorosas de risco torna-se ainda mais premente para assegurar o cumprimento dos objetivos inerentes à referida missão.*

*Os ainda elevados níveis de endividamento de um conjunto significativo de empresas portuguesas, bem como a necessidade de financiamento de projetos de médio e longo prazo, em particular os relacionados com a transição energética e a digitalização da nossa economia, refletem a importância de promover uma maior diversificação das formas de financiamento das empresas portuguesas.*

*Tenho plena consciência que este desafio não é novo e não existem soluções milagrosas para o resolver. Mas dada a sua importância penso que há que continuar a trabalhar no sentido de se atingirem estruturas de financiamento das empresas mais equilibradas e robustas, também para fazer face a choques como os que na atual conjuntura enfrentamos.*

*Pelas razões que anteriormente referi, o acompanhamento dos desenvolvimentos a nível da regulação na União Europeia continuará a ser determinante. A CMVM tem aliás vindo a desenvolver um trabalho muito relevante a este nível, designadamente no que concerne a um maior alinhamento da legislação nacional com a legislação europeia, e à simplificação da própria regulação, trabalho este que deve ser continuado e, sempre que possível, aprofundado, não colocando em causa a eficácia e robustez da própria regulação e ação do supervisor.*

*No contexto da atividade de supervisão e tendo em consideração que os recursos são sempre finitos, a aposta numa ação baseada nos riscos deve continuar a ser prioritária. Esta ação deve ser transparente, também no que toca à transmissão de expectativas*

Comissão de Orçamento e Finanças

*por parte da CMVM às entidades por si supervisionadas, proporcional, tempestiva e consequente.*

*Não menos relevante será o contínuo enfoque na proteção do investidor, especialmente na atual conjuntura de elevada incerteza e face aos novos riscos e oportunidades associados aos processos de digitalização do setor financeiro e de transição energética.*

*A utilização crescente de plataformas online para comercialização de produtos financeiros, de cripto-ativos, DeFi, de tecnologias baseadas em inteligência artificial e machine-learning podem trazer benefícios para os mercados financeiros, mas algumas das atividades associadas à digitalização do setor financeiro encontram-se ainda fora do perímetro de regulação e supervisão.*

*Dada a sua natureza transfronteiriça, as iniciativas de regulação destas atividades devem, em grande medida, desenvolver-se a nível internacional, devendo a CMVM continuar a ter um papel pró-ativo neste processo. A par dessa intervenção ativa na fase de negociação destas iniciativas, o supervisor deve:*

- acompanhar de perto estes desenvolvimentos e intervir, dentro das suas competências, sempre que necessário e de forma tempestiva;*
- continuar a alertar os investidores, designadamente os de retalho, para os riscos que este tipo de atividades pode acarretar; e,*
- por fim, fomentar a literacia financeira,*

*sem com isto constituir um obstáculo à inovação. Para tal é necessário que a CMVM detenha recursos, humanos e tecnológicos, adequados.*

*No que toca à transição energética, a CMVM deve ter um papel ativo na criação das condições necessárias ao cumprimento dos objetivos definidos a nível europeu de reorientação dos fluxos de capitais para investimentos sustentáveis.*

*Assim, prioridade deve continuar a ser dada, por um lado, à interiorização por parte das entidades sob a supervisão da CMVM do risco climático (físico e/ou de transição) e, por outro lado, à promoção e verificação do cumprimento das regras sobre prestação de informação ESG, por parte dessas mesmas entidades, ao mercado e aos investidores, combatendo também desta forma o designado greenwashing.*

*De salientar que muito trabalho tem já sido feito pela CMVM a todos os níveis que referi. Mas para que este trabalho continue a ser aprofundado, o processo de modernização*



## Comissão de Orçamento e Finanças

*digital da CMVM deve claramente prosseguir, contribuindo de forma decisiva para o cumprimento dos princípios que mencionei anteriormente (designadamente de ação tempestiva, robusta e consequente).*

*Por fim, mas não menos importante, as pessoas. Já foi referido muitas vezes nesta Comissão que as Entidades Reguladoras são constituídas por pessoas/por recursos humanos. Ao longo da minha vida profissional tenho trabalhado com recursos de excelência, em todas as instituições por onde passei. A CMVM não é exceção. A formação e valorização dos colaboradores é extremamente relevante e todos os esforços possíveis devem ser feitos nesse sentido, procurando garantir um equilíbrio adequado entre a vida profissional e pessoal. O impacto da transição para novas formas de trabalho não deve ser descurado e a política de captação, quando necessário, e de retenção dos colaboradores da CMVM assume relevância acrescida.*

*Para concluir, gostaria apenas de referir que me sinto extremamente motivada em fazer parte do Conselho de Administração da CMVM, se nomeada pelo Governo para o efeito, e a trabalhar com os restantes membros do Conselho de Administração e com todos os colaboradores da CMVM para garantir que a CMVM continua a ser uma autoridade de referência no cumprimento da sua missão."*

Na primeira ronda de intervenções, usaram da palavra a Senhora Deputada Ana Bernardo, do Grupo Parlamentar do PS, o Senhor Deputado João Barbosa de Melo, do Grupo Parlamentar do PSD e a Senhora Deputada Carla Castro, do Grupo Parlamentar da IL.

A Deputada Ana Bernardo começou por cumprimentar a Prof. Doutora Inês Drumond na qualidade de indigitada para o cargo de Vice-Presidente da CMVM, assinalando que a lei reconhece que os membros deste órgão devem ser escolhidos entre pessoas de reconhecida idoneidade, sentido de interesse público, aptidão, exigência profissional, capacidade de gestão, conhecimento e competência técnica, pelo que a indigitação da Prof. Doutora Inês Drumond implica este reconhecimento pela parte do Governo.

Agradeceu a intervenção inicial e salientou a experiência de muitos anos da indigitada em áreas de grande relevância para a administração da CMVM, nomeadamente a área da avaliação de riscos. Referiu ainda o sólido currículo académico da indigitada.

Comissão de Orçamento e Finanças

Colocou, seguidamente, 3 questões: 1) Como olha a indigitada para a relação entre as competências que o seu percurso profissional desenvolveu e as áreas em que a sua atuação na Administração da CMVM pode ser mais profícua? 2) Atendendo ao tempo atual de grandes desafios e com fortes pressões conjunturais (em matérias como inflação ou subida dos juros), quais os principais riscos que a indigitada deteta e que respostas pode a CMVM dar, especificamente em 2 áreas: financiamento das PME e sustentabilidade ambiental e social? 3) Conhecendo os potenciais e os riscos da digitalização e dos cripto-ativos, acha a indigitada que o atual quadro regulatório e legal é suficiente? E que ideia tem da tributação de cripto-ativos que o OGE 2023 introduz?

De seguida, tomou a palavra o Deputado João Barbosa de Melo, que, depois de cumprimentar a Prof. Doutora Inês Drumond e de a felicitar pela cuidadosa e clara intervenção inicial, procurou saber a opinião da indigitada sobre o que se está a passar nos mercados de cripto-moedas, cripto-ativos e outros ativos digitais descentralizados e ainda muito desligados dos sistemas bancários tradicionais. Citou a que se está a passar com reguladores de mercados mobiliários fortíssimos, como os Estados Unidos da América, em que o Presidente da SEC ("Securities and Exchange Commission) se tem batido para que os ativos digitais sejam definidos como "valores mobiliários", levando a que o equivalente americano da CMVM possa estender sobre eles o braço protetor da regulação e da lei, bem como o parecer muito recente de um relator do regulador brasileiro, que vai no mesmo sentido. Na opinião da indigitada, o que pode e deve a CMVM portuguesa fazer nesta matéria? Por último, o Senhor Deputado referiu-se ao lado sancionatório da CMVM e questionou a indigitada sobre a aparente falta de visibilidade deste braço da atuação da CMVM.

Por último, tomou a palavra a Senhora Deputada Carla Castro. Após agradecer a qualidade da intervenção inicial da Sra. Professora Inês Drumond, a Senhora Deputada quis saber como é que a indigitada olhava para o fraco desenvolvimento atual do mercado de capitais português que coarta as possibilidades de capitalização do tecido empresarial nacional. Serão suficientes as regras que regem atualmente o mercado? Serão suficientemente simples para dinamizar o aparecimento de mais e de mais sólidos emitentes? Por último, a Senhora Deputada reforçou a sua vontade em conhecer o pensamento da indigitada no que respeita a cripto-ativos, em particular pensando no equilíbrio entre a possibilidade de continuar a fomentar a inovação financeira sem descuidar a segurança e a informação dos investidores.



## Comissão de Orçamento e Finanças

---

Em resposta aos 3 deputados que a tinham questionado, a Prof. Doutora Inês Drumond começou por agradecer a oportunidade das perguntas, optando por juntar algumas das respostas, por tema. Afirmou poder dar um contributo positivo à Administração da CMVM em matéria de perspetiva macro, na visão e experiência internacional e no desenvolvimento da capacidade de cooperação institucional (melhorando a comunicação, evitando duplicação de esforços e acrescentando valor).

Sobre os riscos existentes na economia de hoje, referiu que uma instituição como a CMVM tem, sobretudo, que ter uma ótica de equilíbrio geral, olhando para os riscos de forma sistémica e focando constantemente a ação nos riscos que, em cada momento, se revelam mais relevantes.

Em relação ao mundo dos cripto-ativos, a indigitada referiu que apesar de a capacidade do supervisor ser, atualmente, limitada, a questão não está a ser ignorada. Em particular, sublinhou a importância de as respostas regulatórias serem afinadas com os restantes Estados Membros da UE, estando neste momento em curso, ainda que com limitações, a consensualização de uma regulamentação comum (designada por "MiQA") que permitirá uma base comum para o esforço de regulação europeia de cripto-ativos. A evolução destes mercados continua, no entanto, a ser tão rápida que obrigará os reguladores a continuar sempre "em cima" do que estiver a acontecer. Reconheceu que o próprio setor financeiro "tradicional" pode ter a ganhar com estas novas realidades.

Respondendo a uma questão específica da Senhora Deputada Ana Bernardo, defendeu que a CMVM deve ter um papel importante na boa circulação de informação sobre a componente ambiental da transição energética.

Por último, a indigitada argumentou que o quadro sancionatório da CMVM, mesmo que possa não ser tão visível como o de outras entidades, tem sido eficaz para o objetivo de ter um mercado mais forte, mais atrativo e onde as regras são cumpridas.

Não havendo inscrições para a 2.<sup>a</sup> ronda, o Presidente deu a audição como terminada.

A audição integral pode ser consultada na seguinte ligação:

<https://canal.parlamento.pt/?cid=6232&title=audicao-de-ines-drumond>



Comissão de Orçamento e Finanças

**PARTE IV – CONCLUSÕES**

A Assembleia da República, através da Comissão de Orçamento e Finanças, procedeu à audição da Prof. Doutora Maria Inês Ferreira Drumond de Sousa, indigitada para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 17.º da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.

Os membros do conselho de administração das entidades reguladoras devem ser indivíduos de reconhecida idoneidade, competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

Das respostas dadas às questões formuladas, bem como da análise e escrutínio da respetiva nota curricular, a Comissão de Orçamento e Finanças considera que a Prof. Doutora Maria Inês Ferreira Drumond de Sousa reúne os requisitos necessários para o desempenho da função para a qual foi indigitada.

Da audição foi produzido o presente relatório descritivo, do qual será dado conhecimento ao Governo, através da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares.

Palácio de S. Bento, 26 de outubro de 2022

O Deputado Relator

(João Barbosa de Melo)

O Presidente da Comissão

(Filipe Neto Brandão)



## Comissão de Orçamento e Finanças

---

### **PARTE V – ANEXOS**

Ofício dirigido à Comissão de Orçamento e Finanças em que o Governo solicita o agendamento da audição da personalidade indigitada para o exercício do cargo de Vogal do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Prof. Doutora Inês Drumond, acompanhado do Curriculum Vitae da personalidade indigitada e do parecer da CReSAP, nos termos legalmente aplicáveis.



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA ADJUNTA E  
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Por determinação de Sua Excelência o  
1. Presidente da A.R. à S. Comissão  
2. e/ou a Dni?

14.10.22

MUITO URGENTE

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Presidente da Assembleia da República  
Dra. Maria José Ribeiro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 1323 ENT.: 2573 PROC. N.º:	14/10/2022

**ASSUNTO:** Pedido de audição - Personalidades indigitadas para o Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

Encarrega-me a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares de, conforme solicitado pelo Gabinete do Senhor Ministro das Finanças, enviar o pedido de audição e documentos anexos correspondentes aos seguintes membros indigitados para o Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 17.º da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, constante do anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, na sua redação atual:

- Dr. Luís Laginha de Sousa- Presidente;
- Prof.ª Dr.ª Inês Drumond- Vice-Presidente;
- Mestre Juliano Ferreira- Vogal;
- Dr.ª Teresa Gil- Vogal.

Agradece-se o seu reencaminhamento à Comissão de Orçamento e Finanças e respetivo agendamento de audição no mais curto prazo.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

  
João Bezerra da Silva

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>EG022</u>
Classificação <u>110.01.04/1/1</u>
Data <u>14.10.2022</u>

## INFORMAÇÃO PESSOAL



## Inês Drumond



## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Desde 18 de fevereiro de 2014

**Diretora Adjunta do Departamento de Estabilidade Financeira**  
Banco de Portugal

- Acompanhamento e apoio ao Conselho de Administração do Banco de Portugal nas áreas (i) de avaliação de riscos e vulnerabilidades para a estabilidade financeira, incluindo-se, neste âmbito, a análise do setor financeiro, do setor não financeiro e interligações entre os vários setores da economia, (ii) de definição e execução da política macroprudencial, bem como (iii) da regulação prudencial, especialmente no que respeita à sua interação com (i) e (ii);
- Interação frequente com o Ministério das Finanças, o Ministério da Economia, Instituições Internacionais (FMI, Comissão Europeia, Banco Central Europeu, ESRB e EBA), Associação Portuguesa de Bancos, entre outros stakeholders externos, em matérias relacionadas com as responsabilidades do Departamento de Estabilidade Financeira;
- Membro Suplente ("alternate") do Banco de Portugal no Financial Stability Committee do Banco Central Europeu e no Advisory Technical Committee do European Systemic Risk Board (ESRB), desde 2016;
- Representante do Banco de Portugal em diversos Grupos de Trabalho Internacionais.

Entre 1 de novembro de 2013 e  
17 de fevereiro de 2014**Consultora da Direção do Departamento de Estabilidade Financeira**  
Banco de Portugal

- Apoio à direção do departamento nas matérias relacionadas com a avaliação de riscos e vulnerabilidades para a estabilidade financeira.

Entre 16 de abril de 2012 e 15 de  
outubro de 2013**Assessora da Direção de Reformas Estruturais e Competitividade da Direção-Geral de Assuntos Económicos e Financeiros (DG ECFIN)**  
Comissão Europeia (Bruxelas)

- Coordenação entre as várias unidades da direção e articulação com outras direções da DG ECFIN, designadamente em matérias relacionadas com (i) a ligação entre "desequilíbrios macroeconómicos", crescimento económico e o sector financeiro, e (ii) o aprofundamento da União Económica e Monetária (UEM);
- Participação em diversas iniciativas levadas a cabo pela Comissão Europeia, em representação da DG ECFIN sobre o aprofundamento da UEM.

Entre 17 de dezembro de 2009 e  
fevereiro de 2012

**Diretora Geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI)**

Ministério das Finanças

- Apoio técnico ao Gabinete do Ministro das Finanças em matérias relacionadas com política orçamental, perspectivas macroeconómicas, sector financeiro, União Europeia (incluindo a preparação das reuniões do Conselho ECOFIN e do Eurogrupo) e cooperação internacional, incluindo a Gestão da participação de Portugal nas Instituições Financeiras Internacionais;
- Coordenação técnica, no Ministério das Finanças, da implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira (entre maio de 2011 e fevereiro de 2012);
- Membro Suplente ("alternate") do Comité Económico e Financeiro (CEF), entre setembro de 2011 e fevereiro de 2012 e chefe da delegação Portuguesa no Comité de Política Económica da UE (entre fevereiro de 2010 e setembro de 2011);
- Representante do Ministério das Finanças no Conselho Superior de Estatística, no Conselho Económico e Social e em diversos grupos de trabalho internacionais.

Entre julho de 2008 e 16 de  
dezembro de 2009

**Assessora da Direção do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI)**

Ministério das Finanças

- Apoio técnico ao Gabinete do Ministro das Finanças em matérias relacionadas com os serviços financeiros a nível da UE;
- Preparação das reuniões do Conselho ECOFIN, Eurogrupo, CEF, EWG (com especial enfoque nas matérias relacionadas com serviços financeiros);
- Representante de Portugal em diversos grupos de trabalho do Conselho e da Comissão Europeia sobre serviços financeiros (incluindo negociação de diretivas e regulamentos).

Entre 2007 e 2013

**Professora Auxiliar**

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Entre 2001 e 2007

**Assistente**

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Entre 1997 e 2001

**Assistente Estagiária**

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

**EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO  
ACADÉMICA**

2007

**Doutoramento em Economia**

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

- Essays on Macroeconomics of Banking: Credit Frictions, Business Cycle and Bank Capital, orientado por Álvaro Aguiar e José Jorge.

2001

**Mestrado em Economia**

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

- Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Crescimento Económico, orientado por Álvaro Aguiar.

1997

**Licenciatura em Economia**

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

**FORMAÇÃO COMPLEMENTAR**

- 2022    Programa de *mentoring*  
SHL Portugal

  - Diagnóstico 360° (2.º semestre de 2021), complementado por avaliação individual por parte da SHL Portugal, tendo-se seguido (e concluído em 2022) um programa de *mentoring*
- Entre 2019 e 2021    Programa *Master Class* Banco de Portugal  
Nova SBE *Executive Education*

  - Programa de formação dirigido a diretores do Banco de Portugal
- 2020    Programa *Leading The Future*  
Nova SBE *Executive Education*

  - Programa de formação sobre liderança dirigido a diretores do Banco de Portugal
- 2018    Programa de Liderança Estratégica e Mudança para a Excelência  
Universidade Católica Portuguesa

  - Programa de formação sobre liderança dirigido a diretores do Banco de Portugal
- Março de 2012    International Visitor Leadership Program on "U.S. Financial  
Systems and the Global Economy"  
United States Department of State – Bureau of Educational and Cultural Affairs

**COMPETÊNCIAS PESSOAIS**

Língua materna    Português

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Inglês	C2	C2	C2	C2	C2

**INFORMAÇÃO ADICIONAL**

Publicações	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ "Financial stability implications of support measures to protect the real economy from the COVID-19 pandemic", ESRB, 2021 (jointly with the other members of the ESRB Working Group on Financial Stability Implications of COVID-19 measures).</li> <li>▪ "Financial shocks, financial stability, and optimal Taylor rules," (com Fabio Verona e Manuel M.F. Martins), <i>Journal of Macroeconomics</i>, vol. 54, Part B, pp. 187-207, 2017.</li> <li>▪ "How to keep statistics' customers happy? Use micro-databases!" (com Filipa Lima), IFC Bulletins chapters, in <i>Combining micro and macro data for financial stability analysis</i>, Vol. 41, Bank for International Settlements, 2016.</li> <li>▪ "Private sector deleveraging in Europe," (com Carlos Cuerpo, Julia Lendvai, Peter Pontuch e Rafal Raciborski), <i>Economic Modelling</i>, vol. 44(C), pp. 372-383, 2015.</li> <li>▪ "(Un)anticipated Monetary Policy in a DSGE Model with a Shadow Banking System," (com Fabio Verona e Manuel M.F. Martins), <i>International Journal of Central Banking</i>, Vol. 9, No. 3, pp. 73-117, 2013, e <i>Bank of Finland Research Discussion Papers</i> no. 4, 2013.</li> <li>▪ "Loan interest rates under risk-based capital requirements: the impact of banking market structure", (com José Jorge), <i>Economic Modelling</i>, Vol. 32, pp. 602-607, 2013.</li> <li>▪ "Indebtedness, Deleveraging Dynamics and Macroeconomic Adjustment" (com Carlos Cuerpo, Julia Lendvai, Peter Pontuch e Rafal Raciborski), <i>European Economy, Economic Papers</i>, no. 477, 2013.</li> <li>▪ "Assessing the private sector deleveraging dynamics" (com Carlos Cuerpo e Peter Pontuch), <i>Quarterly Report on the Euro Area</i>, Vol. 12, Issue 1, pp. 26-32, 2013.</li> <li>▪ "Bank Capital Requirements, Business Cycle Fluctuations and the Basel Accords: A Synthesis", <i>Journal of Economic Surveys</i>, Vol. 23 (5), pp. 798-830, 2009; e "Issues in Finance: Credit, Crises and Policies", edited by Stuart Sayer, Wiley-Blackwell, pp. 5-37, 2010.</li> <li>▪ "Basel II Capital Requirements, Firms' Heterogeneity, and the Business Cycle" (com José Jorge), <i>FEP Working Paper</i> no. 307, 2008.</li> <li>▪ "Business Cycle and Bank Capital: Monetary Policy Transmission under the Basel Accords" (com Álvaro Aguiar), <i>FEP Working Paper</i> no. 242, 2007.</li> <li>▪ "Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Crescimento Económico" (com Álvaro Aguiar), <i>Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários</i>, nº 18, pp. 22-46, 2004.</li> <li>▪ <i>Sistema Financeiro e Crescimento Económico Endógeno</i>, <i>Série Moderna Finança</i>, nº 27, Euronext Lisbon, 2002.</li> </ul>
Matérias lecionadas enquanto docente	Faculdade de Economia da Universidade do Porto <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Licenciatura em economia: Macroeconomia</li> <li>▪ Mestrado e Doutoramento em economia: Macroeconomia.</li> </ul>
Supervisão de teses	Fabio Verona, "Macroeconomics of Investment Dynamics and Financing," Programa de Doutoramento em Economia, Universidade do Porto, Faculdade de Economia (juntamente com Manuel M. F. Martins, dissertação aprovada em maio de 2011).
Cursos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Barcelona Banking Summer School 2007 (Barcelona Graduate School of Economics, Espanha):                         <ul style="list-style-type: none"> <li>- Empirical Banking – Methodological Aspects (Prof. Steven Ongena);</li> <li>- Prudential Regulation and Supervision (Prof. Jukka Vesala).</li> </ul> </li> <li>▪ Summer School of Applied Economics 2005 (Universidade de Lecce, Itália):                         <ul style="list-style-type: none"> <li>- Programming in MATLAB (Prof. Ulrich Woitek).</li> </ul> </li> <li>▪ Barcelona Macroeconomic Summer School 2002 (Universidade Pompeu Fabra, Espanha):                         <ul style="list-style-type: none"> <li>- Economic Growth (Prof. Xavier Sala-i-Martin e Prof. Antonio Ciccone);</li> <li>- Political Economy (Prof. Gilles Saint-Paul).</li> </ul> </li> </ul>

- Apresentações 2022  
 Conferências  
 Seminários  
 Workshops  
 (mais recentes)
- 2022
    - Seminário da Faculdade de Economia do Porto, "Financial Stability and Credit Risk: Micro and Macro Perspectives", juntamente José Filipe Abreu (BCE), evento virtual.
  - 2021
    - EBA Policy Research Workshop (discussant) – "The New Normal in the Banking Sector – Reshaping the Insights", evento virtual;
    - Global NPL 2021 Summit (Smith Novak), "Panel Discussion: Focus on Portugal", evento virtual.
  - 2020
    - EBA Policy Research Workshop (discussant) – "New technologies in the banking sector – impacts, risks and opportunities", evento virtual;
    - NPLs Iberia (Smith Novak), "Panel Discussion: Focus on Portugal", evento virtual.
  - 2019
    - European Commission Workshop on Addressing Housing Market Imbalances, Panel Discussion on country experiences, Bruxelas;
    - EBA Policy Research Workshop (discussant) – "The future of stress tests in the banking sector – approaches, governance and methodologies", Paris;
    - Global NPL Summit (Smith Novak), "Panel Discussion: Focus on Portugal", Londres;
    - NPL Iberia (Smith Novak), "Panel Discussion: Focus on Portugal", Madrid;
    - Fórum Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Recuperação de Créditos, Lisboa;
    - Regulação e Supervisão Bancária na Área do Euro, Faculdade de Economia do Porto, Porto.
  - 2018
    - EBA Policy Research Workshop (discussant) – "Reaping the benefits of an integrated EU banking market", Londres;
    - NPLs Iberia (Smith Novak), "Panel Discussion: Focus on Portugal", Madrid;
    - AFME's European NPLs Conference, "Panel Discussion: The NPL action plan – stock take and next steps", Bruxelas;
    - Economia Viva 2018, Universidade Nova de Lisboa, "Banking Sector: regulatory and institutional framework", Lisboa;
    - VdA – Manhã Informativa sobre NPLs "NPLs no Contexto Europeu", Lisboa;
    - Seminário de apresentação do estudo "A Economia Portuguesa: Ensaio sobre alterações estruturais", Lisboa.
  - 2017
    - Seminário dos Cursos de Doutoramento e Mestrado em Economia da Faculdade de Economia do Porto "Financial Stability: vulnerabilities, risks and recent developments in the Portuguese banking sector", Porto;
    - Fundación ICO Seminar, "Deleveraging and challenges for the banking sector", Madrid;
    - Servdebt Seminar, "Portuguese Banking Sector Outlook", Lisboa;
    - Bruegel Workshop, "Tackling Europe's non-performing loans crisis: restructuring debt, reviving growth", Bruxelas.
  - 2015
    - European Commission Workshop "Dealing with excessive corporate indebtedness", Bruxelas;
    - Seminário na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, "Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal", Lisboa.
  - 2014
    - Seminário do Mestrado em Economia da Faculdade de Economia do Porto, "Estabilidade Financeira e Macroeconomia", Porto
    - Banco de Portugal & European Investment Bank workshop, "Deleveraging towards economic growth", Lisboa;
    - Villa Vigoni Workshop "Policy Challenges for the Euro Area" – "Incentives for Reform: The Portuguese Case", Lovenno di Menaggio;
    - European Commission, DG ECFIN Workshop "Macro-prudential Policy and Housing", Bruxelas.
  - 2013
    - Informal Bundesbank Workshop: "Deleveraging, Macroeconomic Adjustments and Policy Lessons", Frankfurt;
    - Euro 50 group meeting, "Facing current weaknesses in the euro zone - session: speeding up the deleveraging process", Roma;
    - II UECE Conference on Economic and Financial Adjustments in Europe, "Indebtedness, Deleveraging Dynamics and Macroeconomic Adjustment", Lisboa;
    - XXV Villa Mondragone International Economic Seminar, "The Long Term policy view - session: Anemic Growth in Europe", Roma;
    - Bruegel Workshop "On the right course? Evaluating financial assistance programmes in the euro area", Bruxelas.



## **Personalidade indigitada para Vice- Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)**

### **DELIBERAÇÃO N.º 106/2022**

#### **Comissão Técnica Permanente:**

**Doutor Damasceno Dias**

**Doutor João Salis Gomes**

**Dra. Cristina Coelho**

**Dra. Eugénia Santos**

#### **NOTA**

*Este é um relatório elaborado ao abrigo do n.º 3 do artigo 1.º dos Estatutos da CReSAP, aprovados pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterados e republicados pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, sendo que se trata de avaliação não vinculativa nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março (Estatuto do Gestor Público), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.*

Lisboa, 10/10/2022

## 1. ENQUADRAMENTO

No dia 30 de setembro de 2022, o Senhor Ministro das Finanças dirigiu ao Senhor Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) um pedido de avaliação curricular e de adequação de competências da seguinte personalidade indigitada para o exercício do cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM):

- **Maria Inês Ferreira Drummond de Sousa**

O processo veio instruído com o *curriculum vitae* da personalidade indigitada e com as respetivas respostas ao Formulário de Avaliação Curricular a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento de Avaliação Curricular e Parecer sobre a Adequação do Perfil ao Cargo de Gestor Público, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 12 de julho de 2013.

A personalidade indigitada declarou não ter omitido informações relevantes diretamente relacionadas, nem possuir quaisquer impedimentos e incompatibilidades para o exercício do cargo, previstos no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, ou em outra legislação especial aplicável.

Para este processo, o Presidente da CReSAP designou, como relatora, a vogal permanente Dr.ª Cristina Coelho e, como contraditor, o vogal permanente Doutor João Salis Gomes.

Nos termos do Regulamento de Avaliação Curricular e Parecer sobre a Adequação do Perfil ao Cargo de Gestor Público, fez-se a avaliação curricular e a avaliação de competências, bem como a entrevista à personalidade indigitada.

No dia 10 de outubro de 2022, realizou-se a reunião da Comissão Técnica Permanente onde foi aprovado, por unanimidade, o presente parecer.

De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 17.º dos Estatutos da CReSAP, as conclusões deste parecer serão publicitadas, no respetivo sítio eletrónico, após a designação da personalidade indigitada pelo Governo.

## 2. A COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CMVM)

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) é uma pessoa coletiva de direito público, com a natureza de entidade administrativa independente, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio.

Desempenha as suas atribuições de modo independente, dispondo para o efeito de:

- a) Autonomia de gestão, administrativa, financeira e patrimonial;
- b) Independência orgânica, funcional e técnica;
- c) Órgãos, serviços, pessoal e património próprios;
- d) Poderes de regulação, de regulamentação, de supervisão, de fiscalização e de sanção de infrações.

Os Estatutos da CMVM foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 5/2015, de 8 de janeiro, e alterados pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, e pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro

A CMVM tem por missão a regulação e supervisão dos mercados de instrumentos financeiros, bem como das entidades que neles atuam, nos termos previstos no Código dos Valores Mobiliários e na respetiva legislação complementar.

São atribuições da CMVM:

- a) Regular e supervisionar os mercados de instrumentos financeiros, promovendo a proteção dos investidores;
- b) Assegurar a estabilidade dos mercados financeiros, contribuindo para a identificação e prevenção do risco sistémico;
- c) Contribuir para o desenvolvimento dos mercados de instrumentos financeiros;
- d) Prestar informação e apoio aos investidores não qualificados;
- e) Coadjuvar o Governo e o respetivo membro responsável pela área das finanças, a pedido destes ou por iniciativa própria, na definição das políticas relativas aos instrumentos financeiros, respetivos mercados e entidades que nestes intervêm;
- f) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei.

A CMVM integra o Sistema Europeu de Supervisores Financeiros e o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

São órgãos da CMVM:

- a) O conselho de administração;
- b) A comissão de fiscalização;
- c) O conselho consultivo;
- d) A comissão de deontologia.

O conselho de administração é composto por um presidente, um vice-presidente e três vogais.

O mandato dos membros do conselho de administração tem a duração de seis anos, não sendo renovável.

Nos termos do artigo 17.º da Lei-quadro das entidades reguladoras (aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto), aplicável *ex vi* artigo 2.º dos Estatutos da CMVM, os membros do conselho de administração são escolhidos de entre indivíduos com reconhecida idoneidade, competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções, sendo designados por resolução do Conselho de Ministros, tendo em consideração o parecer fundamentado da comissão competente da Assembleia da República, bem como o parecer da CReSAP relativo à adequação do perfil do indivíduo às funções a desempenhar, incluindo o cumprimento das regras de incompatibilidades e impedimentos aplicáveis.

Segundo o mesmo artigo, o provimento do presidente do conselho de administração deve garantir a alternância de género e o provimento dos vogais deve assegurar a representação mínima de 33% de cada género.

### 3. AVALIAÇÃO CURRICULAR E PARECER SOBRE ADEQUAÇÃO DO PERFIL DA PERSONALIDADE A DESIGNAR PARA VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CMVM

A avaliação efetuada pela CReSAP teve em conta o perfil genérico equiparado a dirigente superior que, por defeito, é usado por esta Comissão e que se encontra no sítio eletrónico [www.cresap.pt](http://www.cresap.pt), não deixando de contextualizar o conteúdo das 12 competências avaliadas às características específicas da entidade em causa.

A avaliação realizada e o parecer emitido têm como base as informações contidas no *curriculum vitae* e no questionário de autoavaliação, inteiramente da responsabilidade da personalidade indigitada, bem como os resultados do questionário de competências pessoais (APP) e os dados obtidos através da realização de entrevista individual.

#### Apreciação da adequação do perfil da Doutora Maria Inês Ferreira Drummond de Sousa para Vice-Presidente do Conselho de Administração da CMVM

Perfil de competências	Avaliação
<b>1. Liderança</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Influencia o comportamento e atitudes de outras pessoas em contexto organizacional.</li> <li>• Lidera projetos/programas/organizações de grande dimensão e com elevado grau de complexidade e responsabilidade.</li> <li>• Lida com situações de pressão, encarando-as de forma positiva e levando a equipa a aderir às suas orientações.</li> </ul>	+
<b>2. Colaboração</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cria sinergias com os elementos das equipas com que interage, comunicando de forma cordial e afável.</li> <li>• Estabelece acordos e consensos com pessoas e grupos, atingindo objetivos que visam o aumento da eficácia e eficiência da organização.</li> </ul>	+
<b>3. Motivação</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valoriza o trabalho pela satisfação que o mesmo lhe confere, mostrando-se entusiasmado e transmitindo esse entusiasmo às equipas que lidera.</li> <li>• Mostra-se resiliente na execução de atividades que exigem esforço acrescido.</li> </ul>	+
<b>4. Orientação estratégica</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planeia de forma estratégica as atividades que estão sob a sua responsabilidade.</li> <li>• Atento à influência das suas decisões no futuro da organização, antecipando resultados e prevendo efeitos adversos.</li> <li>• Demonstra coerência e linha de continuidade no pensamento estratégico.</li> </ul>	+
<b>5. Orientação para resultados</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Define resultados, metas e objetivos de forma determinada e mensurável.</li> <li>• Desafia os outros e a si próprio, demonstrando-se enérgico na tomada de decisão.</li> </ul>	+
<b>6. Orientação para o cidadão e serviço de interesse público</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Presta serviço de qualidade aos utentes/clientes, promovendo na sociedade o aumento da confiança nas organizações onde colabora.</li> <li>• Orienta a sua atividade respeitando os valores éticos e deontológicos do serviço público.</li> </ul>	+
<b>7. Gestão da mudança e inovação</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adapta-se a novas situações, ultrapassando condicionalismos e resistências, aderindo a novos processos de gestão.</li> <li>• Diagnostica necessidades de mudança e apoia ativamente a sua implementação.</li> <li>• Mostra-se empreendedor com visão compreensiva dos diversos contextos para induzir novas soluções.</li> </ul>	+
<b>8. Sensibilidade social</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participa em organizações ou atividades de cariz e intervenção social.</li> </ul>	+

• Orientado para atender às necessidades dos outros, tendo em consideração o bem comum.	
<b>9. Experiência profissional</b> • Possui experiência profissional em cargos de gestão/direção/coordenação/chefa. • Exerceu funções em diversas áreas de atividade profissional, demonstrando abrangência de conhecimento técnico e de gestão.	+
<b>10. Formação académica</b> • Possui habilitação académica, no mínimo equivalente ao grau de licenciatura, relevante para o cargo a ocupar.	+
<b>11. Formação profissional</b> • Tem formação profissional em áreas diversificadas, nomeadamente de gestão de pessoas e de gestão pública. • Possui formação profissional específica relacionada com o cargo a ocupar.	+
<b>12. Aptidão para o cargo</b> • Mostra conhecimento da organização em causa, verificável através da pertinência e razoabilidade das ações principais que pensa poder vir a desenvolver.	+

### Síntese Avaliativa

A Doutora Maria Inês Ferreira Drummond de Sousa apresenta um perfil técnico e comportamental assente predominantemente nas seguintes características:

- Ao nível académico, salienta-se a licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1997), o Mestrado em Economia (2001) e o Doutoramento em Economia (2007), pela mesma faculdade. Fez formação complementar, nomeadamente o *International Visitor Leadership Program on US Financial Systems and the Global Economy, United States Department of State-Bureau of Educational and Cultural Affairs* (março 2012), vários programas de formação dirigidos a diretores do Banco de Portugal e um programa de *mentoring* por parte da SHL Portugal.
- Ao nível profissional, destaca-se o exercício de funções de assessora da Direção (2008 a 2009) e, posteriormente, de Diretora Geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações internacionais do Ministério das Finanças (2009 a 2012). De 2012 a 2013 foi assessora da Direção de Reformas Estruturais e Competitividade da Direção-Geral de Assuntos Económicos e Financeiros da Comissão Europeia (Bruxelas). Em 2013 ingressou no Banco de Portugal como consultora da Direção do Departamento de Estabilidade Financeira, cargo que desempenhou até 2014 quando assumiu funções de Diretora Adjunta do Departamento de Estabilidade Financeira. Foi também docente da Faculdade de Economia da Universidade do Porto de 1997 a 2013 e participa regularmente como oradora em conferências e seminários nas suas áreas de especialidade.

No questionário de autoavaliação, a personalidade indigitada indica algumas ações que considera como principais prioridades da CMVM, a saber:

"(...) No plano interno i) aprofundar e aperfeiçoar os modelos de identificação de riscos, ii) desenvolver a capacitação humana e tecnológica (a qualidade dos recursos humanos é crítica e os ganhos de eficiência devem ser, em grande medida, canalizados para reforçar esse pilar estrutural da organização) e iii) priorizar a sua ação para matérias que são da sua

responsabilidade direta ou, que não o sendo, pode influenciar de forma alinhada com os eixos de atuação prioritários.

No plano externo, deve partir da premissa de que as decisões dos agentes económicos são baseadas nos incentivos que enfrentam. Assim, percebê-los e atuar adequadamente sobre os mesmos, é a forma de lidar com os problemas/desafios no local certo (a origem).

A capacidade de atuar sobre indícios de irregularidades deve ser tempestiva, assentar em sólida fundamentação e numa adequada comunicação para que sejam bem percebidas pelos impactados e contribuam para o reforço da confiança dos investidores e para a credibilidade do mercado.

Num contexto de aprofundamento da integração europeia, deve participar e influenciar o processo legislativo europeu nas matérias que sejam importantes para o País, reconhecendo que não sendo possível (nem desejável) utilizar o argumento da força, tem que utilizar a força dos argumentos”.

## Parecer

A personalidade indigitada apresenta um perfil académico com licenciatura, mestrado e doutoramento em Economia, tendo frequentado vários programas de formação dirigidos a diretores do Banco de Portugal. Como experiência profissional mais relevante para o cargo para que foi indigitada, destaca-se o exercício de funções de Diretora Geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações internacionais do Ministério das Finanças, de assessora da Direção de Reformas Estruturais e Competitividade da Direção-Geral de Assuntos Económicos e Financeiros da Comissão Europeia (Bruxelas) e de Diretora Adjunta do Departamento de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal, cargo que desempenha atualmente.

As informações contidas no *curriculum vitae* e no questionário de autoavaliação, bem como os resultados do questionário de competências pessoais e os dados obtidos através da entrevista individual, evidenciam competências técnicas e comportamentais que sustentam uma apreciação muito positiva para o desempenho do cargo em causa.

Assim, nos termos acima descritos, a CReSAP, através da sua Comissão Técnica Permanente, emite o parecer de **ADEQUADO** à designação da **Doutora Maria Inês Ferreira Drummond de Sousa** para o desempenho das funções de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - CMVM.

O Presidente da CReSAP

